



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

LEI Nº 149/95-PGPMP.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPE
SA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS E
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGO
TO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO
DE 1996, E DÁ OUTRAS PROVIDÊN
CIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARINTINS, no uso de suas
atribuições legais, etc.

FAZ saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, em
sessão ordinária do 2º período de sessões do corrente ano, APRO
VOU e eu SANCIONO a seguinte:

L E I

Art. 1º - Fica aprovado no orçamento do Município
de Parintins, para o exercício financeiro de 1996, discriminados
pelos anexos integrantes desta lei e que estima a receita e fi
xa a despesa em R\$ 16.382.700,00 (DEZESSEIS MILHÕES, TREZENTOS'
E OITENTA E DOIS MIL E SETECENTOS REAIS), e a proposta orçamen
tária do serviço autônomo de água e esgoto que estima a receita
e fixa a despesa em R\$ 786.805,00 (SETECENTOS E OITENTA E SEIS
MIL OITOCENTOS E CINCO REAIS) e Empresa de Desenvolvimento de
Parintins, que estima a receita e fixa a despesa em
R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS).

Art. 2º - A receita será realizada mediante arre
cação de tributos, rendas e outros, inclusive transferências'
feitas pela União, na forma da legislação em vigor, conforme
anexo 01, obedecendo o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES:

1.1 - Receita Tributaria R\$ 440.000,00
1.3 - Receita Patrimonial R\$ 114.506,00
1.5 - Receita Industrial R\$ 85.512,00

.../...



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

.02.

1.7 - Transferências Correntes.....R\$ 11.105.566,00
1.9 - Outras Receitas Correntes.....R\$ 143.507,00
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES.....R\$ 11.889.100,00

2 - RECEITAS DE CAPITAL:

2.1 - Alienação de bensR\$ -- 0 --
2.4 - Transferências de Capital.....R\$ 4.493.600,00
TOTAL DA RECEITA DE CAPITAL.....R\$ 4.493.600,00
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA.....R\$ 16.382.700,00

Art. 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação do anexo 09, que apresenta a sua composição de acordo com o seguinte resumo:

1 - POR ORGÃOS E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS:

01 - PODER LEGISLATIVO:

01 - Câmara MunicipalR\$ 1.774.600,00

02 - PODER EXECUTIVO:

01 - Gabinete do PrefeitoR\$ 605.800,00
02 - Procuradoria do MunicípioR\$ 38.500,00
03 - Secretaria de Administração...R\$ 1.127.500,00
04 - Secretaria de Planejamento e
Coord. GeralR\$ 35.500,00
05 - Secretaria de Economia e Fi
nançasR\$ 792.000,00
06 - Secretaria de Comunicação So
cialR\$ 57.000,00
07 - Secretaria de Educação e Des
portoR\$ 4.095.675,00
08 - Secretaria do Bem Estar So
cialR\$ 832.000,00
09 - Secretaria de Saúde e Sanea
mentoR\$ 1.638.270,00
10 - Secretaria de CulturaR\$ 586.425,00
11 - Secretaria de Produção e Abas
tecimentoR\$ 485.600,00
12 - Secretaria de Transportes e
ObrasR\$ 2.390.230,00



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

.03.

13 - Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Urbanos	R\$ 1.497.600,00
14 - Secretaria de Turismo	R\$ 426.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	R\$ 16.382.700,00


2 - POR FUNÇÕES:

01 - Legislativa	R\$ 1.774.600,00
03 - Administração e Planejamento..	R\$ 2.651.300,00
04 - Agricultura	R\$ 515.600,00
08 - Educação e Cultura	R\$ 4.682.100,00
10 - Habitação e Urbanismo	R\$ 612.600,00
11 - Indústria, Comércio e Servi ços	R\$ 436.000,00
13 - Saúde e Saneamento	R\$ 2.578.270,00
15 - Assistência e Previdência	R\$ 832.000,00
16 - Transporte	R\$ 2.300.230,00
TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁ RIAS	R\$ 16.382.700,00

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar a execução de despesa ao comportamento efetivo da receita.

Art. 5º - Os bens móveis considerados inservíveis, só poderão baixar do Patrimônio Municipal, com prévia autorização legislativa.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo, durante a execução orçamentária, autorizado a abrir créditos suplementares até o limite correspondente a 20% da receita prevista no orçamento.

 PARÁGRAFO ÚNICO: Do excesso de arrecadação, excluídas as exigências legais, obrigatoriamente deve o Executivo aplicar os percentuais previstos nos artigos 193 e 198 da Lei Orgânica do Município.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de créditos por antecipação da receita obedecendo o previsto no artigo 165 da Constituição Federal, após prévia autorização legislativa.



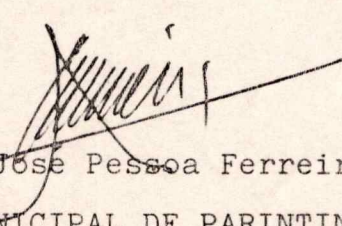
ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

04

Art. 8º - O orçamento analítico deverá ser aprova
do por Decreto do Poder Executivo, até o dia 31 de dezembro do
ano em curso.

Art. 9º - Revogadas às disposições em contrário,
esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1996.

PALÁCIO CORDOVIL, em 28 de dezembro de 1995.


Dr. Osvaldo José Pessoa Ferreira

~~=PREFEITO MUNICIPAL DE PARINTINS=~~

EM EXERCÍCIO